

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.101.425 - MG (2017/0111276-3)

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE RIO DOCE
ADVOGADO : VAGNER ADRIANO FERREIRA E OUTRO(S) - MG135285

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS contra a decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais visando fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para determinar ao Município de Rio Doce, a adoção de programas de atenção à criança e ao adolescente.

No juízo de primeiro grau o julgador julgou parcialmente procedente a demanda, determinando que o Município estabeleça dotação orçamentária para a implementação de medidas de criação e adequação de programas de tratamento socioeducativo, fixando multa variável entre R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no caso de descumprimento (fls. 290-306).

O Tribunal de Justiça Estadual, em grau recursal, reformou a sentença, julgando improcedente o pedido, conforme o acórdão abaixo ementado, *in verbis* (fl. 365):

REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE - NÃO CONHECIMENTO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - IMPOSSIBILIDADE DE ALARGAMENTO SEMÂNTICO DO DISPOSTO NO ART. 19 DA LEI N. 4.717/65 - APELAÇÃO CÍVEL - PRETENSÃO DE SE IMPOR AO MUNICÍPIO DE RIO DOCE A CRIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS DE TRATAMENTO SOCIOEDUCATIVO A ADOLESCENTES - POLÍTICA PÚBLICA - ATO DISCRICIONÁRIO - INÉRCIA ABUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - INTANGIBILIDADE DO ATO PELO PODER JUDICIÁRIO. Conforme entendimento do STJ, aplica-se o disposto no art. 19 da Lei n. 4.717/65 indistintamente ao microsistema da tutela coletiva, permitindo a aplicação de norma prevista na Lei da Ação Popular também às Ações Cíveis Públicas. Há reexame necessário quando a ação coletiva for julgada improcedente ou reconhecida a carência da ação, não havendo previsão específica para as demandas julgadas parcialmente procedentes, sob pena de indevido alargamento semântico do art. 19 da Lei n. 4.717/65. Em se tratando de demanda julgada parcialmente procedente, não atrai a aplicação do disposto no art. 19 da Lei n. 4.717/65 e, por conseguinte, não deve ser conhecido o reexame necessário. Ao Judiciário é defeso adentrar na discricionariedade dos atos administrativos voltados à concretização de políticas públicas, sendo-lhe reservado tão somente o exame de sua legalidade e moralidade. Inexistente a

Superior Tribunal de Justiça

política pública de implementação de programas e serviços de tratamento socioeducativo a adolescentes com indicativo para aplicação de medidas de liberdade assistida, quando não comprovada a ilegalidade da omissão estatal e demonstrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sua desnecessidade no âmbito do Município, descabida se revela a judicialização da questão, sob pena de afronta ao princípio da Separação dos Poderes.

No referido julgado, o Tribunal Estadual entendeu que inexistia abuso do poder executivo em relação aos programas de atenção à criança e ao adolescente.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 396-400).

No presente recurso especial o recorrente aponta violação do art. 1022 do CPC/2015, alegando, em síntese, que "as disposições constitucionais e legais mencionadas, que deram lastro ao aforamento da correspondente ação civil pública, não foram devidamente analisadas e enfrentadas pela douta Turma Julgadora".

Adiante indica como ofendidos os arts. 4º, parágrafo único, alíneas 'c' e 'd'; 88, incisos I e III; 90, inciso VI, parágrafos 1º. e 2º.; 259, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente; 5º, inciso III, 28 e 29, da Lei nº 12.594, de 2012.

Sustenta, em síntese, que o não cumprimento das disposições cogentes, determinadas nos dispositivos legais, com a implementação das medidas requeridas causa sérios prejuízos aos adolescentes e crianças do Município.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 467-471).

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na súmula 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Parecer do MPF pelo provimento do recurso (fls. 632-635).

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Em relação à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, atrai o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

Sobre o assunto, confirmam-se:

Em relação aos demais dispositivos legais apontados verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da necessidade da adoção das medidas requeridas, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu, *in verbis*:

Constata-se, na esteira do voto acima transcrito, que a inércia do Executivo que atrai e justifica a intervenção do Poder Judiciário é aquela que se revela manifestamente abusiva e, por isso, injustificável.

No caso em exame, a controvérsia consiste em definir se há ou não abuso por parte do Poder Executivo do Município de Rio Doce em não promover a criação e adequação de programas e serviços de tratamento socioeducativo a adolescentes com indicativo para aplicação de medidas de liberdade assistida, em capacidade suficiente a atender a demanda existente.

Após atenta análise dos autos, conclui-se no sentido de não restar caracterizada, no caso em exame, flagrante omissão ou odioso desrespeito à lei, aptos a dar suporte à intervenção judicial pretendida.

Não se olvida da inexistência de programa de liberdade assistida no âmbito do Município apelante, em desacordo ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei n. 12.594/2012.

Contudo, o apelado não comprovou a urgência e necessidade de se adotar e implementar referida política pública, razão pela qual a omissão estatal não pode ser considerada ilegal.

O próprio apelante reconhece a inexistência da implementação da política pública requerida, justificando tal fato pelas peculiaridades municipais, por não haver demanda de adolescentes com indicativo para aplicação de medidas de liberdade assistida no Município e pelo fato de as demais políticas públicas já implementadas serem suficientes para os fins almejados.

Corroborar tal afirmação o Questionário respondido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntado pelo apelado às fls. 22/32, no qual, à f1.29, consta a informação de que o atendimento "liberdade assistida" "não existe no Município e não é necessário".

Os fundamentos acima devem ser somados à atual crise econômica que assola nosso país e impõe a restrição e efficientização dos gastos públicos, devendo o administrador optar pelo meio mais econômico e que lhe traga mais resultados favoráveis quando do dispêndio de recursos.

Assim, não restou caracterizada a possibilidade de se interferir na discricionariedade administrativa, em virtude de que as circunstâncias do caso concreto, por si sós, não autorizam que se imponha ao Estado a obrigação pretendida pelo parquet.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos

Superior Tribunal de Justiça

elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

